

FINANÇAS PÚBLICAS – 2.º ANO TURMA NOITE

ANO LETIVO 2025/20256– 2.º SEMESTRE

**REGÊNCIA: PROFESSOR DOUTOR GUILHERME WALDEMAR D'OLIVEIRA
MARTINS**

PROGRAMA

PARTE I

**INTRODUÇÃO: DESAFIOS E ENCRUZILHADAS DAS FINANÇAS PÚBLICAS NA
ATUALIDADE**

1. A decisão orçamental: as opções reais e a importância dos saldos correntes
 - 1.1. A atualidade das opções reais
 - 1.2. A nova *accountability*
 - 1.3. A importância dos saldos correntes na decisão orçamental
2. As recentes evoluções da estabilidade Orçamental no ordenamento português – uma revolução silenciosa?
 - 2.1. O novo princípio da visão de longo prazo e a boa gestão financeira dos compromissos orçamentais
 - 2.2. Novos desafios do século XXI nas políticas públicas: a nova despesa pública e os 5 E's

PARTE II

POLÍTICA ORÇAMENTAL E OS OBJETIVOS DA ATIVIDADE FINANCEIRA DO ESTADO

1. Política económica, política financeira e política orçamental: delimitação e objetivos respetivos
2. Política orçamental e o debate na Macroeconomia
3. Política orçamental e a União Europeia
 - 3.1. A UEM e a aprovação do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC)
 - §1. As fases da União Económica e Monetária (UEM)
 - §2. A necessidade de coordenação das políticas orçamentais: a razão de ser do PEC
 - §3. As vicissitudes do PEC: a revisão de 2005
 - 3.2. Desenvolvimentos mais recentes: o ‘Six Pack’, o ‘Pacto Orçamental’ e o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade
 - §1. Caracterização breve da crise europeia atual
 - §2. Os desenvolvimentos mais recentes da política europeia: o ‘Six Pack’, o ‘Pacto Orçamental’ e o Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade
 - 3.3. O conceito de desvio significativo e a boa gestão financeira dos compromissos orçamentais
 - 3.4. Os efeitos a longo prazo da crise atual: o futuro da política orçamental europeia e do projeto europeu
4. A restrição orçamental do Estado e a sua relevância na política orçamental

4.1. O conceito microeconómico de restrição orçamental: a formulação microeconómica e a sua aplicação ao Orçamento do Estado

4.2. Restrição orçamental e saldos orçamentais

§1. Conceito de equilíbrio orçamental

§2. Definição de saldo orçamental e modalidades; a regra de ouro da política orçamental

§3. O saldo orçamental e o ciclo económico

a) Os orçamentos cíclicos; a crítica neoclássica: saldo orçamental e PIB potencial

b) Fundos de estabilização orçamental: fins, composição e modalidades

c) As componentes estruturais e cíclicas do orçamento (saldo orçamental ajustado do ciclo)

d) O saldo orçamental na legislação europeia: o objetivo orçamental de médio prazo; o significado da consolidação orçamental (a questão da composição do ajustamento)

5. Restrição orçamental intertemporal e sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas

5.1. A relação entre a restrição intertemporal e a sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas

5.2. Indicadores de sustentabilidade e modelos alternativos de avaliação

5.3. Sustentabilidade das finanças públicas e a criação de 'espaço orçamental'

PARTE III

OS INSTRUMENTOS DAS FINANÇAS PÚBLICAS: RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS

1. As Receitas Públicas

1. 1. Princípios gerais e modalidades de receitas públicas: enunciação

1.2. Receitas patrimoniais

§1. Tipos de receitas patrimoniais e critérios de distinção

1.3. Receitas tributárias

§1. Tipos de receitas tributárias e critérios de distinção

§2. A Constituição fiscal portuguesa: referência breve à igualdade tributária

§3. O sistema fiscal português

a) Os impostos sobre o rendimento

b) Os Impostos sobre o Património

c) Os impostos sobre o consumo

1.4. Receitas creditícias; a Dívida Pública

§1. Caracterização das receitas creditícias

§2. Conceito de dívida pública e suas modalidades principais

§3. Emissão e gestão da dívida pública direta

§4. Instrumentos de dívida pública direta

§5. A dívida pública condicional e acessória

2. Despesas públicas

2.1. Caracterização e modalidades das despesas públicas

2.2. Fatores determinantes do crescimento da despesa pública nos países desenvolvidos: hipóteses pelo lado da procura e pelo lado oferta

PARTE IV

SETOR PÚBLICO, CONTABILIDADE PÚBLICA E CONTABILIDADE NACIONAL

1. Setor público e as regras da contabilidade pública e da contabilidade nacional

1.1. Nota introdutória

1.2. A distinção entre contabilidade pública e contabilidade nacional

1.3. Concretização das regras do SEC 95

§1. O conceito de unidade institucional

§2. A integração das unidades institucionais em sectores institucionais

§3. Critérios de inclusão da unidade institucional em determinado sector institucional

§4. O conceito de produção mercantil

§5. A noção de preço economicamente significativo

§6. O caso particular das instituições sem fins lucrativos

2. Ilustração do setor público e perímetro orçamental

2.1. Introdução

2.2. Setor público e perímetro orçamental

§1. Perímetro orçamental e desorçamentação: os casos especiais das empresas públicas e das parcerias público-privadas

§3. Conceitos relevantes: descentralização financeira; descentralização político-administrativa; descentralização fiscal; independência orçamental; autonomia financeira

§4. As relações financeiras entre as Administrações Públicas e os setores empresariais respetivos, e as relações financeiras daquelas entre si

§5. O 'orçamento' da segurança social: particularismos da estrutura e gestão orçamentais

PARTE V

MORFOLOGIA E VICISSITUDES DO ORÇAMENTO DO ESTADO

1. Natureza, características e funções do Orçamento do Estado (OE)
2. O enquadramento legal do OE
 - 2.1. As relações entre a Lei de Enquadramento Orçamental e o OE
 - 2.2. Os planos de incidência da LEO
 - 2.3. As vicissitudes históricas da LEO
 - 2.4. As alterações mais recentes na LEO: o Memorando da 'Troika' e as principais tendências e influências no desenho do sistema orçamental português
 - 2.5. O conteúdo principal da LEO
 - §1. Estrutura, conteúdo e resultados orçamentais
 - a) O conteúdo do OE e os cavaleiros orçamentais
 - b) Regras orçamentais clássicas
 - c) Diferenças entre regras clássicas e novas regras orçamentais

d) Requisitos, modalidades e efeitos das novas regras orçamentais

d.1) Fundamento

d.2) Modalidades

d.2.1) A visão clássica das regras procedimentais e das regras numéricas

d.2.2) A visão empírica das regras orçamentais: as regras financeiras de consolidação

a) Regra base

i) Perímetro objetivo

ii) Perímetro subjetivo

b) Regra adicional

c) Medidas excecionais

d) Sanções

e) O acolhimento das novas regras orçamentais numéricas na legislação portuguesa

f) Regras orçamentais, novos princípios e os objetivos predominantes das finanças públicas contemporâneas

f.1) Estabilidade orçamental

f.2) A regras acessórias da estabilidade: Transparência e solidariedade recíproca

f.3) A Equidade intergeracional

§2. O processo orçamental

a) A construção matricial do conceito de processo orçamental

b) O processo orçamental inicial

1) A cronologia do processo orçamental em Portugal

2) Programas de Estabilidade e Documentos de Estratégia Orçamental: sua interligação com o processo orçamental

- 3) O papel das vinculações externas do OE: crítica do regime instituído e proposta de alteração
- 4) A previsão de receitas e despesas
- 5) O processo político de aprovação do OE
- c) O processo orçamental subsequente: o regime das alterações orçamentais
- d) A prorrogação de vigência do OE

PARTE VI

FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTAL E RESPONSABILIDADE FINANCEIRA

- 1. Modalidades de controlo ou fiscalização orçamental
- 2. O Tribunal de Contas
 - 2.1. O âmbito da jurisdição do Tribunal de Contas
 - 2.2. Fundamentos do papel do Tribunal de Contas
 - §1. A delimitação operada pelo n.º 1 do artigo 1.º da LOPTC
 - §2. Em especial a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º da LOPTC
 - §3. Conteúdo e objetivo do n.º 3 do artigo 2.º da LOPTC
 - 2.3. As competências das secções do Tribunal de Contas
 - §1. A 1.ª Secção ou a secção do visto
 - §2. A 2.ª Secção ou a secção de auditoria
 - §3. A 3ª Secção ou a secção de julgamento
- 3. O Conselho das Finanças Públicas

BIBLIOGRAFIA

Básica

CABRAL, Nazaré da Costa e MARTINS, Guilherme Waldemar d'Oliveira, Finanças Públicas e Direito Financeiro – Noções Fundamentais, AAFDL, Lisboa, 2022.

FERREIRA, Eduardo Paz, Ensaio de Finanças Públicas, Almedina, Coimbra, 2020.

FERREIRA, Eduardo Paz, Ensinar Finanças Públicas numa Faculdade de Direito, Almedina, Coimbra, 2005.

FRANCO, António de Sousa, Finanças Públicas e Direito Financeiro, 4ª edição, Almedina, Lisboa, 2015 (reimp.).

MARTINS, Maria d'Oliveira, Lições de Finanças Públicas e Direito Financeiro, 4ª edição, Almedina, Coimbra, 2022 (reimp.).

Complementar

RIBEIRO, José Joaquim Teixeira, Lições de Finanças Públicas, 5ª edição, Coimbra Editora, Coimbra, 1995.

ROCHA, Joaquim Freitas da, Direito da Despesa Pública, Almedina, Coimbra, 2019.

TAVARES, José F. F., Estudos de administração e finanças públicas, 2ª edição, Almedina, Coimbra, 2014.

TEIXEIRA, António Braz, Finanças Públicas e Direito Financeiro, AAFDL, Lisboa, 1992.